



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/11/2016 - Instituto Telecom

Temer pede ao Supremo para manter parlamentar dono de emissora de rádio e TV

A AGU argumenta que o Ministério Público, que tem impetrado ações contra emissoras de rádio e TV que tem parlamentares como donos, estaria ferindo a Constituição.

O presidente da República, Michel Temer, apresentou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 429) na qual pede que o Supremo Tribunal Federal declare a inconstitucionalidade de decisões judiciais que têm impedido a outorga ou a renovação de concessões de rádio e TV a detentores de mandato eletivo. Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), que representa o presidente na ação, decisões nesse sentido ofendem preceitos fundamentais como o do valor social do trabalho e da livre iniciativa, da primazia da lei, da livre expressão e da liberdade de associação. O processo foi distribuído à ministra Rosa Weber.

Na argumentação, a AGU afirma que o Ministério Público Federal tem ajuizado diversas ações civis públicas nas quais postula o cancelamento ou a não renovação das concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens a empresas que tenham como sócios titulares de mandato eletivo. Além dessas ações, aponta que tramitam no MPF investigações preliminares sobre a matéria, inclusive com expedição de recomendações a

parlamentares no sentido da sua exclusão do quadro societário dessas empresas. "Ocorre que o Poder Judiciário vem proferindo decisões conflitantes a respeito da matéria", alega.

Segundo a AGU, os serviços de radiodifusão estão submetidos a atos reguladores próprios, e a participação de parlamentares não está proibida pela Constituição. "O artigo 222 da Constituição, que traz limitações à propriedade e ao quadro societário dessas empresas, não faz qualquer referência ao fato de determinado sócio ser detentor de mandato eletivo", sustenta. "E se não há restrição constitucionalmente estabelecida nesse sentido, não pode sequer a lei fazê-lo".

No pedido de liminar para suspender a tramitação de todas as ações que tratam do tema, a AGU aponta o risco de serem proferidas novas decisões que provoquem a suspensão dos serviços. "Vale ressaltar que a radiodifusão constitui o único meio de comunicação realmente universalizado no Brasil", argumenta. "A suspensão do serviço e da concessão de novas outorgas ensejaria irremediável prejuízo à população, em detrimento da necessária continuidade do serviço público e implicaria danos particulares às pessoas jurídicas e físicas envolvidas em sua prestação".

Telesintese, 10 de novembro de 2016

14/11/2016 - Instituto Telecom

Justiça faz mutirão para acordos entre teles e consumidores

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vai promover na semana de 21 a 25 de novembro um esforço concentrado para firmar acordos entre empresas e consumidores evitando assim que os conflitos tornem-se novos processos judiciais.

O foco será sobre 14 empresas, sendo as operadoras de telecomunicações o principal grupo por reunir cinco: Vivo, Oi, Tim, Nextel e Sky. O mutirão envolve ainda quatro varejistas (Ricardo Eletro, Via Varejo, C Nova e Lojas Americanas); três bancos (Bradesco, Itaú e Santander), e duas utilities (Ceg e Light).

Segundo o TJRJ, qualquer consumidor que tenha algum tipo de conflito com as empresas participantes poderá buscar acordos na chamada Semana Nacional de Conciliação.

"Atualmente o custo de um processo é de R\$ 1,8 mil, ainda que seja em Juizados Especiais e é o contribuinte quem paga. A oportunidade de buscar a conciliação extrajudicial, sem a necessidade do ajuizamento de ações, é algo que temos que festejar", afirmou o coordenador do centro de conciliações, juiz Flávio Citro.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/11/2016 - Instituto Telecom

Grupo de credores da Oi renova acordo com Sawiris para elaborar plano alternativo

O comitê diretivo dos detentores de bondholders da Oi estendeu acordo de colaboração mútua com o empresário egípcio Naguib Sawiris e suas empresas. Em comunicado nesta sexta, 11, o grupo ad hoc de credores considera que a extensão é resultado de “progressos significativos no desenvolvimento de um plano alternativo de recuperação e um plano operacional pós-recuperação judicial para a Oi e suas subsidiárias”. Com esse segundo acordo, o grupo continuará trabalhando com Sawiris para apresentar o plano alternativo e o plano pós-RJ nos próximos 30 dias.

Sawiris afirmou em comunicado que continua acreditando nas perspectivas econômicas do Brasil, dizendo estar otimista com a “oportunidade diante de nós”. Declara ainda estar satisfeito com o progresso feito no último mês. Otavio Guazzelli, da consultoria financeira dos bondholders, Moelis & Company, disse que a extensão do acordo é um “passo importante, juntamente com

nossas contínuas consultas em outras partes relevantes, permitindo a continuidade do desenvolvimento de um plano de recuperação abrangente, que conseguirá o apoio dos credores da Oi”.

O posicionamento dos credores continua contra o atual plano de RJ, dizendo que “inapropriadamente favorece os atuais acionistas da companhia em detrimento de seus credores”. O Comitê Diretivo acredita ainda que o plano apresentado pela Oi “não alcançará o apoio dos diversos credores, colocando em risco a continuidade da empresa”. Afirma ainda que a companhia estaria se recusando a negociar com os bondholders, e que não prestou, até o momento, informações solicitadas há 45 dias.

Além da Moelis & Company, os credores contam com assessores Clearly Gottlieb Steen e Hamilton LLP como escritório de advocacia internacional, e o Pinheiro Neto Advogados como escritório de advocacia brasileiro.

16/11/2016 - Convergência Digital

Teles: ICMS alto é ‘tiro no pé’ por empurrar consumidor para a internet

As operadoras de telecomunicações estão preocupadas que o movimento anunciado pelo Rio de Janeiro, de aumento de tributos, provoque uma nova rodada de elevações do ICMS, a exemplo do que se viu na virada de 2015 para 2016. Segundo o Sinditelebrasil, a carga tributária já ultrapassou o limite da eficiência e vai erodir a própria arrecadação, especialmente por empurrar os consumidores para substitutos via internet, que não pagam ICMS.

“Além de não haver aumento da arrecadação há uma erosão da base, porque há migração, que já existe independentemente do aumento de tributos, mas é incentivada. O próprio Estado está empurrando o consumidor para serviços que não arrecadam ICMS”, lamenta o presidente do sindicato nacional das teles, Eduardo Levy.

Entre as medidas anunciadas no início do mês pelo governo do Rio de Janeiro está o aumento de 26% para 28% na alíquota do ICMS de telecomunicações.

O Rio já aumentara a alíquota de 24% para 26% no início deste 2016, no que foi uma reação comum em praticamente todas as unidades da federação: 20 aumentaram ICMS, sendo que 12 deles especificamente de serviços como telefonia e banda larga, enquanto 17 ampliaram o tributo cobrado da TV por assinatura.

“O aumento das alíquotas faz com que serviços que não pagam impostos tenham maior competitividade. Quando há aumento de TV por assinatura, por exemplo, incentiva outros mecanismos”, insiste o presidente do Sinditelebrasil, que nesta quarta, 16/11, apresentou seu estudo anual sobre preços de serviços do setor em comparação com outros países.

Ele evitou mencionar expressamente, mas está se referindo a um movimento que já existe, de substituição de pacotes de TV paga por serviços como Netflix. Como resume Levy: “O consumidor tem para onde ir e lá não tem ICMS.”



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/11/2016 - Convergência Digital

Ataques hackers provocaram um prejuízo de R\$ 30 bilhões no Brasil

O Relatório Anual Norton Cyber Security Insights aponta que houve um aumento de 10% no número de ataques virtuais no mundo em relação a 2015. Só no Brasil, 42,4 milhões de pessoas foram afetadas e tiveram um prejuízo de 10,3 bilhões de dólares no total.

A pesquisa também apura que o descuido do usuário com a própria segurança é cada vez maior, afetando diretamente nas infecções de dispositivos por meio de phishing, invasão de dispositivos IoTs e de redes Wi-Fi, além da falta de cuidado com as crianças na internet.

Os dados mostram que a confiança excessiva nos dispositivos conectados deixa os usuários vulneráveis:

1 em cada 5 usuários de dispositivos conectados não tem nenhuma medida de proteção neles;

Quase metade (44%) dos usuários entrevistados não acredita que o número de usuários de dispositivos conectados é o suficiente para atrair a atenção dos hackers. No entanto, assim como os criminosos aprenderam a se beneficiar da engenharia social e internet banking, já sabem que invadir dispositivos conectados pode ser lucrativo;

62% consumidores acreditam que os dispositivos conectados já foram projetados com segurança virtual. Os pesquisadores identificaram brechas de segurança em 50 dispositivos diferentes, desde termostatos a dispositivos de gerenciamento de energia e até mesmo câmeras de segurança.

Os números mostram que os consumidores admitem que os riscos são reais:

Metade dos consumidores disse que nos últimos cinco anos, tornou-se mais difícil ficar seguro online do que no mundo real;

6 em cada 10 entrevistados acreditam que fornecer dados financeiros na internet quando conectado ao Wi-Fi público é mais arriscado do que ler o número de seu cartão em um ambiente público.

Quase metade (48%) dos pais acredita que seus filhos são mais propensos a sofrer bullying online do que em um parque físico. Somente 23% dos pais tinham essa mesma opinião em 2015.

Porém, é difícil deixar os maus hábitos de lado. Os consumidores ainda são negligentes quando se trata de proteger suas informações pessoais on-line:

Mais de 1 em cada 3 consumidores nunca usa uma Rede Virtual Privada (VPN) ao conectar-se a uma rede Wi-Fi;

Os consumidores ainda estão clicando em links de remetentes que não conhecem ou a abrir anexos suspeitos. Quase 3 em cada 10 pessoas não conseguem detectar um ataque de phishing.

“Nossas descobertas mostram que as pessoas estão cada vez mais conscientes da necessidade de proteger suas informações pessoais on-line, mas não estão motivadas a tomar precauções adequadas para ficarem seguras”, disse Fran Rosch, vice-presidente executivo da Norton.

Para saber mais sobre o impacto do cibercrime e como os consumidores podem proteger seus dados, acesse a pesquisa.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/11/2016 - Convergência Digital

Para teles, publicidade come 40% da franquia de dados

Segundo as operadoras móveis, 40% dos dados consumidos dos planos contratados ficam com propagandas indesejadas, janelas que se abrem automaticamente ou, como é cada vez mais comum, vídeos publicitários. Para as empresas, é algo que exige algum tipo de tratamento por parte das autoridades, especialmente a defesa do consumidor.

“ Quem leva é quem está fazendo a propaganda. Isso tem que ser encarado de frente. A culpa é da Google, que está dando uma coisa que você não pediu e ainda tira da franquia. Ou vamos responsabilizar quem? Você está recebendo uma propaganda que não pediu e está pagando por ela. Isso precisa ser visto de frente um dia”, dispara o presidente executivo do sindicato nacional das teles, Sinditelebrasil, Eduardo Levy.

Ele explica que as empresas fizeram no Brasil um estudo específico sobre o uso de dados em conexões móveis à internet – e que comparam o consumo de dados em navegadores com e sem bloqueadores de propagandas. Daí o resultado de que, em média, 40% dos dados consumidos são publicidade. “ A propaganda de terceiros consome a

franquia, apesar de não ser pedida. E está crescendo cada vez mais. As propagandas agora vem em vídeos. O cliente não percebe mas isso consome da franquia”, insiste Levy.

Para o sindicato das teles, o tema deveria ser tratado pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. O tema chegou a ser levado pelas empresas ao governo, mas antes da queda de Dilma Rousseff, portanto com outro governo (e especificamente com outra Senacon). “ Isso é assunto para ser observado pela Senacon. É uma coisa nova. Mas há vários assuntos que demandam estudo permanente, acompanhamento permanente, para saber nas condições do Brasil que rumo vamos tomar”, diz o presidente executivo do Sinditelebrasil.

Para Levy, o tema pode receber tratamento de alguma forma semelhante ao que se viu no Brasil para ‘fechar’ a Porta 25, por onde escoava spam em proporções que tornavam o país um dos campeões de publicidade indesejada. Por essa lógica, a publicidade e o consumo de dados poderiam ser alvo de medidas que mexem com a neutralidade de rede, mas em nome de um relevante interesse público.

Mauricio Vergani deixa a Oi

Responsável, no último ano, pela diretoria de Estratégia e Transformação do Negócio da Oi. Vergani deixou a operadora no começo de novembro.

Maurício Vergani, diretor de Estratégia e Transformação do Negócio da Oi, cargo que acumulava um grande número de funções, deixou a empresa no início do novembro. Sua saída foi comunicada apenas internamente, mas as mudanças na estrutura da companhia provocadas com a sua partida foram bem amplas, para dar continuidade ao projeto de transformação digital que tocava.

Coube a ele, na Oi desde 2011 – sua primeira passagem pela companhia foi em 2001/2002, quando atuou na unidade de Negócios de São Paulo — planejar, estruturar e agilizar o movimento de digitalização da Oi. De acordo com o comunicado interno, coube a sua diretoria desenvolver soluções 100% digitais para o segmento de empresas (app Oi Mais Empresas), para o pré-pago (app Oi Livre) e internet das coisas para clientes residenciais e pequenas empresas com foco em ambientes inteligentes (Oi Smart).

Ainda de acordo com o comunicado, a partir de agora, o trabalho já implantado será absorvido e desdobrado pelas diferentes diretorias de negócio da Oi, que passam a ser

responsáveis pelo avanço e evolução desse movimento de forma transversal na companhia. “ Juntamente com este movimento, é constituído um grupo executivo liderado pelo presidente para acompanhamento quinzenal da execução da estratégia de digitalização já estabelecida.”

As áreas serão distribuídas da seguinte forma: Inovação Digital (Ariel Dascal), Digitalização do Core (João Coelho) e Comunicação e Marketing (Eric Albanese) passam a integrar a estrutura da diretoria de Varejo, sob o comando de Bernardo Winik. A área de Governança e Plataformas Digitais (Rui Saraiva) passa para a estrutura de Tecnologia de Redes e Sistemas, liderada por Pedro Falcão.

A área de Estratégia e Novos Negócios (Nuno Cadlima) passa a integrar a equipe da diretoria Administrativo Financeiro, sob o comando de Carlos Brandão. As áreas de Comunicação Corporativa (Suzana Santos) e Gente e Gestão (Alexandre Sena) passam a se reportar diretamente ao presidente Marco Schroeder. (Assessoria de Imprensa)



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/11/2016 - Vermelho

MEC queria gastar R\$ 198 mil em lanches nos voos da FAB

Ignorando a grave crise financeira pela qual passa o País, o Ministério da Educação (MEC) divulgou edital de licitação que prevê gastos de até R\$ 198 mil por ano, exclusivamente para o ministro Mendonça Filho e sua equipe possam lanchar enquanto voam nos jatinhos da Força Aérea Brasileira (FAB).

"Esta contratação tem como objetivo possibilitar ao MEC viagens aéreas mais confortáveis e com recursos próprios quando da utilização em aeronaves, prover também alimentação e serviços de bordo às aeronaves que atendem ao Senhor Ministro da Educação", diz o edital, segundo a Época.

De acordo com o texto divulgado pela revista, o fornecimento de refeições para o ministro e sua comitiva "proporciona diversas vantagens", como "tranquilidade, menor nível de estresse, disponibilização de boas condições de trabalho, fornecimento de água,

dentre outras vantagens".

Vale ressaltar que ministros já recebem diárias quando viajam, o que inclui valores para alimentação. "A diária para ministros pode ser de até R\$ 580. O próprio Mendonça Filho já recebeu R\$ 10 mil desde junho", informa a reportagem. Mendonça Filho está na lista dos ministros que fizeram viagens não justificadas em aviões da FAB. O caso é alvo de inquérito civil do Ministério Público Federal.

A licitação é na modalidade menor preço. Para chegar aos R\$ 198 mil de referência, o MEC calcula até 198 viagens com dez pessoas, com custo estimado de R\$ 100 por pessoa. O termo de referência prevê bandejas de frutas a R\$ 119 e refeições a R\$ 54. O pregão seria no final deste mês. Após a publicação da reportagem, o ministro disse que não sabia do edital e que determinou o seu cancelamento.

16/11/2016 - Rede Brasil Atual

Estado e salário mínimos. O golpe na renda e nas pessoas

Valorização do piso nacional teve efeitos positivos para toda a economia, mas corre o risco de ser interrompida. Se a política desejada pelo governo Temer valesse desde 1988, mínimo hoje seria R\$ 400

Os trabalhadores no setor canavieiro da zona da mata, em Pernambuco, fecharam em outubro acordo que incluiu aumento de 9,39%, pouco acima do INPC acumulado (9,15%). O salário mensal passou a R\$ 944. Eles garantiram ainda cesta básica no valor de R\$ 40. Um bom acordo, avaliam, apontando o momento favorável para os preços do açúcar e do álcool. Outra cláusula considerada importante pela categoria – aproximadamente 70 mil pessoas – é a do chamado piso de garantia, de R\$ 16 acima do valor do salário mínimo a ser fixado para janeiro de 2017. O mínimo é referência nos acordos do setor, observa o presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais (Fetaepe) e diretor de Política Salarial

da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetape), Gilvan José Antunis.

"O salário mínimo é uma referência a partir de janeiro", diz Gilvan, lembrando do mês em que o piso nacional é reajustado. "A política de valorização na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ajudou bastante os canavieiros. Antes, o governo não via o salário mínimo como importante para o país", afirma o dirigente. Um possível fim dessa política, fixada a partir de meados dos anos 2000, preocupa os trabalhadores. "Estamos preocupadíssimos, principalmente com a supressão de direitos."

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/123/estado-e-salario-minimos-1144.html>